

Ministério da Educação – MEC
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC



“Resignificação do Ensino Agrícola”

- Relatório Consolidado da Região Norte -

(Manaus/AM, 29 e 30 de abril de 2008)

APRESENTAÇÃO

O presente documento é resultado do Seminário de Educação Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica da Região Norte, cujo tema foi a “*Resignificação do Ensino Agrícola*”, realizado nos dias 29 e 30 de abril de 2008, na Escola Agrotécnica Federal de Manaus – EAF Manaus, em Manaus-AM. O evento foi promovido pelo Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica / SETEC - Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica e a EAF-Manaus.

Observa-se a necessidade cada vez maior do ensino agrícola ser visto em outra dimensão; associado a uma nova cultura do trabalho e da organização social, como a produção orgânica, pequenas propriedades e agricultura familiar.

O objetivo do seminário foi discutir um novo conceito para a formação agrícola, de forma que esta responda a todas as demandas e desafio do momento atual e futuro.

O evento contou com a participação de aproximadamente 100 pessoas, entre educadores da rede federal de educação profissional e tecnológica (diretores de ensino, coordenadores pedagógicos e professores), das seguintes Unidades de Ensino da Rede Federal: Escola Agrotécnica Federal de Araguatins/EAF, Araguatins-TO; Escola Agrotécnica Federal de Castanhal/EAF, Castanhal-PA; Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste/EAF, Colorado do Oeste-RO; Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira/EAF, São Gabriel da Cachoeira-AM; Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima/CEFET, Boa Vista-RR; Escola Técnica Federal do Acre/ ETF, Rio Branco-AC; Escola Técnica Federal de Palmas/ETF; Palmas-TO; Escola Agrotécnica Federal de Boa Vista, vinculada à Universidade Federal de Roraima/UFRR; Unidade de Ensino Descentralizado de Paraíso do Tocantins/Uned, Paraíso do Tocantins-TO, vinculada à Escola Técnica Federal de Palmas/ETF; parceiros governamentais da EAF – Manaus, como: Secretaria de Educação de Manaus/SEDUC-AM; Embrapa Amazônia Ocidental; Universidade Federal da Amazônia – UFAM; Secretaria de Estado da Produção Rural – Secretaria Adjunta de Pesca e Aqüicultura –

SEPROR/SEPA; e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – SDS.

Também participaram representantes de organizações não-governamentais, como: representantes dos Movimentos Sociais; Casa Familiar Rural de Boa Vista dos Ramos; e Cooperativas. Assim como estiveram presentes estudantes da EAF-Manaus dos cursos agropecuários e secretariado.

O evento foi organizado em três momentos: inicialmente, foi feita uma reflexão sobre o Ensino Agrícola na Rede Federal – “*Resignificação do Ensino Agrícola*”; no segundo momento, foram formados os (cinco) Grupos de Trabalho, cujo objetivo foi diagnosticar a realidade da educação agrícola na atualidade, indicar os desafios e propor estratégias para a superação. O terceiro momento ficou dedicado à plenária final. O objetivo foi o de socializar as informações oriundas dos cinco grupos e também possibilitar a todos os participantes apresentarem sugestões e críticas enriquecendo as propostas em geral.

O relatório sistematiza os principais aspectos de cada uma das três etapas, a partir dos pontos fundamentais ressaltados pelos palestrantes e participantes dos grupos de trabalho: os elementos centrais relativos a cada tema específico e as proposições que deverão subsidiar a formulação de políticas públicas. Além disto, são contemplados alguns pontos destacados pelos participantes durante os debates. Por fim, são apresentadas breves considerações sobre o seminário, a partir das impressões da própria Coordenadora.

ABERTURA DO SEMINÁRIO

A abertura oficial do Seminário do Ensino Agrícola da Região Norte coube ao Diretor Geral da EAF-Manaus, professor José Maurício do Rego Feitoza, pela representante da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC, Caetana Juracy Resende Silva, Coordenadora Geral de Políticas da Educação Profissional e pelo Grupo de Trabalho do Ensino Agrícola¹.

Após uma breve saudação aos componentes da mesa o Diretor Geral da EAF-Manaus, professor José Maurício do Rego Feitoza, abordou elogiosamente a iniciativa da SETEC de retomar as discussões do Ensino Agrícola na Rede Federal. Destacou o grande desafio que todos têm pela frente com a busca pela Resignificação do Ensino Agrícola.

Além do que, ressaltou que as discussões deveriam ser pautadas pelos fundamentos da sociedade que devemos construir, tendo na agroecologia e no desenvolvimento sustentável os pilares para esta mudança. Destacou, ainda, a importância dos educadores como imprescindíveis agentes de transformação de paradigmas e da realidade.

Enfatizou também que existem vários desafios a serem ultrapassados e que é indispensável a busca de mecanismo ou políticas públicas diferenciadas para a educação da Região Amazônica, especialmente por conta das suas especificidades regionais. E que a SETEC deveria adotar políticas diferenciadas para as Escolas Agrotécnicas, Unidades de Ensino Descentralizados e Escolas Vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica da região Norte.

O representante do GT do Ensino Agrícola, Diretor do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, professor Genival Alves de Azeredo, apresentou uma síntese do documento “Construção de novas perspectivas para o Ensino Agrícola”.

Destacou que o documento se destinou a subsidiar as discussões ocorridas no âmbito das Instituições de Ensino Agrícola da Rede Federal, a pedido da

¹ - Prof. Canrobert Kumpfer Werlang (Diretor do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria/RS); Prof. Genival Alves de Azeredo (Diretor do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros da Universidade Federal da Paraíba/PB); Prof. Eli Lino de Jesus (Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba/MG); e Prof. Francisco José Montório Sobral (Escola Agrotécnica Federal de Concórdia/SC).

SETEC/MEC, cujo objetivo foi contribuir para a construção de novas estratégias de ensino tendo o trabalho como princípio educativo, buscando atender às demandas dos arranjos modernos de produção e o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

O Diretor do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria/RS, professor Canrobert Kumpfer Werlang, também representante do GT do Ensino Agrícola, apresentou a metodologia de condução dos trabalhos.

Iniciou agradecendo ao professor José Mauricio do Rego Feitoza, por ter aceitado o convite para sediar o primeiro Seminário do Ensino Agrícola, destacando os grandes desafios que todos terão pela frente em prol da resignificação do ensino agrícola.

Ressaltou que, pela primeira vez, a SETEC está vendo a Rede como um todo, sendo esta iniciativa de fundamental importância para o processo que ora se inicia.

Apresentou a metodologia participativa como uma das estratégias para favorecer o engajamento, o comprometimento e a participação de todos envolvidos para a consecução dos objetivos do Evento.

Destacou a opção de se trabalhar em cinco pequenos grupos visando melhorar a dinâmica do processo, possibilitando estabelecer uma discussão mais aprofundada, objetiva e consistente da temática. Da mesma maneira, abordou que os integrantes de cada grupo receberão em meio físico e eletrônico as planilhas nas quais constam as questões norteadoras para as quais deverão ser apontadas as sugestões. As questões foram retiradas do documento base e das contribuições enviadas pela maioria das instituições que atuam no ensino agrícola.

O resultado final do Seminário servirá de subsídio para a SETEC na formulação de políticas para o Ensino Agrícola com Resoluções; Diretrizes e Indicativos.

Na sua apresentação, Caetana Juracy Resende Silva, Coordenadora-Geral de Políticas da Educação Profissional e representante da SETEC/MEC, enfatizou o tema Resignificação do Ensino Agrícola no País. Destacou que a SETEC propõe dar continuidade aos debates e reflexões com o objetivo de estimular ações que

visem a construção de alternativas para o aperfeiçoamento do Ensino Agrícola no País. Convidou a todos para participarem da construção dos novos caminhos para o Ensino Agrícola que atendam a diversidade brasileira e que estejam de acordo com os novos cenários do setor com destaque e fonte de incremento para a Ciência e Tecnologia.

Ressaltou que as discussões decorrentes de cada um dos seminários regionais serão a base constitutiva para a construção de estratégias de ensino que tenham:

- a) o trabalho como princípio educativo;
- b) a Agroecologia como um dos elementos de referência para a dinâmica produtiva;
- c) a existência de diferentes segmentos sociais e suas culturas com fundamento sociológico da cidadania;
- d) a preservação/conservação dos recursos naturais com foco para a manutenção da vida;
- e) o célere intercâmbio cidade-campo como dinâmica da (re)organização do espaço(territorial, geopolítico, administrativo, etc.) e
- f) a pesquisa como princípio educativo e científico.

Finalizou sua apresentação reiterando o convite para que todos participem das discussões do Seminário Nacional para a definição das políticas para o Ensino Agrícola da Rede Federal e que sejam adotadas como referências as estratégias de ensino oriundas do conjunto dos seminários.

A palestra motivacional foi proferida pelo professor Francisco Sobral da EAF-Concórdia/SC e membro do GT do Ensino Agrícola, abordando o tema “A busca da felicidade”. O objetivo da palestra foi estimular os participantes a refletirem sobre a importância de ser um agente de transformação do meio no qual está inserido. Procurou estimular o público a participar de uma forma mais engajada nas discussões da Resignificação do Ensino Agrícola nas suas mais diversas abordagens.

PLENÁRIA FINAL - QUADRO SÍNTESE

Na seqüência são apresentadas as contribuições dos participantes do Seminário do Ensino Agrícola da Região Norte, na forma de quadro síntese. Consta dele: proposições, dificuldades e exemplos, tendo como base as 19 questões motivadoras.

Após o Quadro Síntese são abordadas as principais questões levantadas pelos participantes na plenária final e as considerações da Coordenadora sobre o Evento.

PLENÁRIA FINAL - DESTAQUES

Um dos primeiros destaques apontados na plenária final foi o desafio que está posto para a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Especificamente, a dúvida se concentra em como acontecerá a inserção e a correlação das Escolas Agrotécnicas Federais no novo contexto dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – IFETs. Neste âmbito, ganha relevância o necessário subsídio para que o corpo docente e técnico administrativo participem efetivamente de todo o processo de transição/implantação da proposta dos Institutos.

Com relação ao Ensino Agrícola, em particular, os destaques apontados foram:

- * articular a criação de um programa/fundo (como política pública) de apoio e financiamento específico para atender o Ensino Agrícola;
- * definir estratégias a serem implantadas para a modernização e ampliação da infra-estrutura existente, otimizando os recursos para melhor atender as demandas do ensino agrícola para a nova realidade;
- * desenvolver um programa de valorização e qualificação dos servidores para atender o novo modelo das políticas do ensino agrícola;
- * refletir sobre um século de experiência e contribuições do ensino agrícola no País, abordando os seguintes pontos: i) período antes da COAGRI; ii) período COAGRI (Escola Fazenda); iii) Decreto 2208 (PROEP); iv) Decreto 5154; v) Cooperativa Escola; e vi) expansão da Educação Profissional.

Além disto, foi dado destaque ao fato de que os Estados da Região Norte devem merecer atenção diferenciada quando se trata de políticas públicas para a educação profissional e tecnológica. Levantou-se algumas proposições como o retorno da rubrica para alimentação, como o retorno da alimentação subsidiada e a ampliação de vagas nos alojamentos. Isto porque a permanência de muitos estudantes depende do subsídio para alimentação e residência.

Em se tratando do mesmo tópico (Região Norte), outro aspecto destacado foi o resgate das associações e cooperativas nas escolas através das incubadoras de associações dentro das EAFs.

Com referência ao corpo docente e técnico, destacou-se a necessidade do estímulo para que acessem os editais dos Programas PRONERA e Pro Jovem (Saberes da Terra), como forma de fortalecimento da agricultura familiar via apresentação/participação nas ações de extensão. E também a oferta de cursos de formação em Agroecologia.

No tocante à pesquisa, o destaque sugerido foi a criação e ampliação de editais específicos para a Agroecologia, no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do MEC.

CONSIDERAÇÕES DA COORDENADORA

Em se tratando de uma experiência nova para a Rede Federal de Ensino Agrícola, decidiu-se iniciar o *Ciclo de Seminários* em uma região que reunisse um número menor de participantes. Isto porque as possíveis dificuldades e desacertos de estratégias poderiam mais facilmente ser minimizados, inclusive, na perspectiva de aprimoramento da metodologia.

Os trabalhos no primeiro dia do Seminário não fluíram conforme o esperado. Acredita-se que vários fatores podem ter contribuído para isto, dentre os quais merecem destaque:

- a) muitas escolas não haviam realizado as discussões internas do documento base, o que contribuiu para criar uma lacuna na estratégia de trabalho;
- b) determinada escola veio com o intuito de apresentar sua experiência individual, além de aspirar discutir exclusivamente as questões referentes ao desenvolvimento da Amazônia o que descaracterizava o objetivo geral do trabalho;
- c) houve, por parte de participantes, uma atitude de resistência à metodologia apresentada. O que somente foi superado quando esses entenderam que não se pretendia impor políticas, mas que, ao contrário, o objetivo era ouvir, obter informações para que toda e qualquer diretriz que venha a ser estabelecida esteja em consonância com as expectativas e peculiaridades da região.

Superados os mal entendidos iniciais, o trabalho passou a se desenvolver com mais fluidez. No entanto, o resultado final acabou sendo prejudicado pelo tempo demandado para o equacionamento das diferenças, principalmente considerando que eram muitas as questões provocativas para que os grupos avaliassem. Já contando com essa dificuldade as questões foram divididas proporcionalmente entre os grupos de trabalho.

Os dias de contato com os educadores do Ensino Agrícola que atuam na Região Norte permitiu conhecer melhor as dificuldades e potencialidades da Rede regional.

A dificuldade de locomoção é um dos sérios problemas, uma vez que as distâncias a serem vencidas são enormes se comparadas as demais regiões geográficas. Ainda mais se tendo em conta que as possibilidades de deslocamento praticamente se resumem ao meio fluvial. O transporte terrestre e aéreo são muito limitados, pois são poucas as rodovias que fazem as interligações entre os municípios e, quando existem, de difícil tráfego. Enquanto que o transporte aéreo é inacessível para a grande maioria da população pela oferta e preços praticados.

Com base nesse fator, é necessário que a Região Norte tenha, de fato, uma atenção especial. A dificuldade de acesso dos alunos à escola é maior que na maioria das demais regiões do país. Chega-se a muitos casos de alunos que chegam à escola no início do curso e retornam para suas família apenas após a formatura.

Em se tratando do ensino formal, a conclusão do ensino fundamental, condição para ingresso nas Escolas Técnicas, é uma barreira transposta por poucos. Pode-se dizer que esses são verdadeiros “sobreviventes”.

Faz-se necessário, igualmente, a articulação do Ensino Agrícola com o Ensino Rural como forma de garantir a um número maior de jovens o acesso a Educação Fundamental.

Assim, para o Ensino Agrícola e também para o Ensino Rural de muitas localidades da Região Norte, a assistência estudantil, através da moradia e alimentação é condição *sine qua non* para a garantia do acesso e da permanência dos alunos na escola. Portanto, merece atenção especial do Estado.

Cabe ressaltar também que a adoção da modalidade integrada é uma possibilidade muito válida por apresentar uma orientação mais holística. A universalização do acesso ao ensino médio está longe de ser uma realidade, principalmente naquele ambiente.

Na participação nos trabalhos em grupo e na plenária final, pode-se perceber que a grande maioria demonstra a preocupação com a preservação e conservação da Floresta Amazônica e, evidentemente, com questões relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável.

Nota-se também a forte influência do grande número de ONGs e dos movimentos sociais que atuam na região. O contato direto do(a)s educadore(a)s com estas organizações, principalmente daqueles mais distantes dos centros urbanos, permite-lhes construir uma visão das questões amazônicas tendo como parâmetro também o que defendem estes segmentos. O que lhes oportuniza uma reflexão teórica cuja tendência é a de que avaliem mais criticamente as políticas públicas direcionadas para a Região Amazônica.

Quanto às comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas estas anseiam que a educação e o Ensino Agrícola apresentem resultados imediatos. Projetam que o aluno, logo nos primeiros contatos com a comunidade e com a família após seu ingresso, possa contribuir com alternativas tecnológicas que melhorem as condições de vida. Essa perspectiva – que não é fácil de ser atingida, diga-se de passagem – exige um currículo e estratégias de ensino muito contextualizadas com a realidade local.

Dentro desta perspectiva, a formação do corpo docente e técnico administrativo como um todo requer um tratamento todo especial. Os cursos (formação e atualização) e intercâmbios técnico-científicos de caráter inter e entre regiões devem ser uma constante, bem como o incentivo à pesquisa e extensão via editais direcionados para a região. Estes são elementos indispensáveis para a constituição de uma política de desenvolvimento local e regional em sintonia com a requerida sustentabilidade nacional.